



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJC - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA-EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Processo Administrativo nº 08211.001302/2015-16)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de **versão** de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas alemão, árabe, espanhol, francês, holandês, inglês e italiano, e **tradução** dos citados idiomas para o português, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidos no ANEXO I do presente Termo de Referência.

**1.2. SUSTENTABILIDADE**

1.2.1. A contratada deverá dar destinação sustentável a todo e qualquer material que por ventura venha a ser inutilizado em decorrência do contrato a ser firmado.

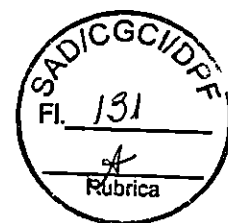
1.2.1.1. A aferição do cumprimento deste requisito será feita por meio de declaração da própria empresa a respeito da destinação, onde deverá constar a forma de reciclagem ou descarte adotada.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A crescente necessidade de combate aos ilícitos transnacionais impõe à Polícia Federal a indispensável necessidade de estar inserida num contexto de troca de informações e contatos constantes com organizações e representantes de diversos países do mundo.

Para melhor estabelecer estas relações, no seio da Polícia Federal há a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (CGCI/DIREX), estando entre suas atribuições estabelecer contatos com autoridades estrangeiras, analisar acordos e tratados internacionais, coordenar os pedidos de cooperação jurídica internacional ativos e passivos, bem como representar a Polícia Federal em eventos internacionais, no Brasil e no Exterior. Dentre as atribuições desta



Coordenação-Geral encontram-se também as atividades de escolta de presos, nas hipóteses de extradição e transferência voluntária de pessoas condenadas.

Também vale ressaltar que a atuação da Polícia Federal no âmbito internacional tem crescido consideravelmente, o que vem acarretando a abertura de diversas adidâncias e escritórios de ligação, necessitando, portanto, da tradução de vários documentos vinculados às suas atividades.

Ademais, a Polícia Federal é representante no Brasil da Organização Internacional de Polícia Criminal – OIPC/INTERPOL, que trabalha com 04 (quatro) idiomas oficiais (Árabe, inglês, francês e espanhol). As funções de Escritório Central Nacional da INTERPOL no Brasil estão no âmbito da CGCI/DIREX.

A rotina diária da CGCI/DIREX implica em tramitar documentos em diversos idiomas, o que é realizado quotidianamente pelos servidores lotados na CGCI/DIREX que, em regra, possuem conhecimento em pelo menos 01 (um) dos idiomas citados.

Contudo, as atuações da CGCI/DIREX buscam também facilitar os trabalhos das demais unidades da Polícia Federal, atuando como órgão central nos trabalhos de tradução de documentos, sejam aqueles que serão encaminhados aos organismos estrangeiros, sejam aqueles que serão utilizados para a tomada de decisão dos gestores do órgão ou comporão os inquéritos policiais, atividade que fica prejudicada sem a contratação de empresa especializada nos serviços de tradução.

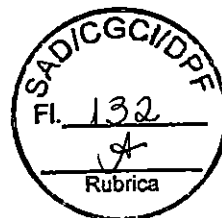
Assim, a contratação será fundamental para o fortalecimento de “Alianças Internacionais”, ação estratégica inserida no objetivo institucional de “Incrementar os Acordos e Parcerias” previsto no Portfólio Estratégico da Polícia Federal.

Assim, a contratação será fundamental para o fortalecimento de “Alianças Internacionais”, ação estratégica inserida no objetivo institucional de “incrementa “Incrementar os Acordos e Parcerias” previsto no Portfólio Estratégico da Polícia Federal.

## 2.2. OBJETIVO

Contratar empresa especializada para a prestação de serviços continuados de versão de textos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, do idioma português para os idiomas alemão, árabe, espanhol, francês, holandês, inglês e italiano, e tradução dos citados idiomas para o português, bem como outros idiomas que possam ser solicitados a depender da disponibilidade da empresa contratada, no âmbito da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional.

A contratação visa dar maior agilidade no trato dos documentos recebidos e expedidos, no âmbito da cooperação internacional, oferecendo ao público interno a prestação de serviço de qualidade em relação aos pedidos de cooperação jurídica internacional, ativos e passivos e demais atividades já mencionadas, possibilitando o pleno conhecimento das demandas e o encaminhamento de pedidos e respostas numa linguagem clara e técnica.



O resultado direto será o de propiciar aos trabalhos da Polícia Federal maior agilidade e presteza, permitindo a troca rápida e eficaz de informações com países com os quais o Brasil firmou acordos e tratados para o combate à criminalidade. Ademais, promoverá um incremento no atendimento das demandas de cooperação jurídica internacional, trazendo, já na fase de investigação, elementos de provas que certamente auxiliarão na análise dos magistrados no curso das ações penais.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços que se pretende contratar são classificados como tradução, adaptação e versão de textos, tendo natureza comum, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.530, de 2002, o qual transcrevo:

*"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."*

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

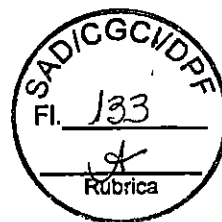
#### 4.1. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deverá realizar a tradução de documentos redigidos nos idiomas mencionados no item 1 para o idioma português, assim como a versão do português para os idiomas mencionados no item 1 do presente termo.

4.1.2. É de responsabilidade da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional-CGCI/DIREX o encaminhamento da respectiva Ordem de Serviço, conforme modelo (Anexo II).

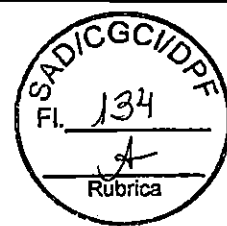
4.1.2.1. As solicitações e os serviços executados serão encaminhados por meio do correio eletrônico, no endereço [traducao.cgci@dpf.gov.br](mailto:traducao.cgci@dpf.gov.br), sendo obrigatória a confirmação de recebimento.

4.1.2.2. Havendo falhas nas comunicações eletrônicas, ou sendo excepcionalmente solicitado pela CGCI/DIREX, os serviços poderão ser apresentados em mídia óptica, sempre encaminhados em envelope



lacrado, recaindo sobre a CONTRATADA a obrigação de retirada e devolução do serviço, no endereço indicado pela CONTRATANTE.

- 4.1.2.3. A utilização de meios digitais para a transmissão dos trabalhos visa a economia de papéis, com a redução de impacto ao meio-ambiente, mostrando-se como opção que atende critério ambientais.
- 4.1.3. Para efeito de contagem de prazo, considerar-se-ão como encaminhados na data, os pedidos e serviços de tradução enviados até às 18 horas. Aqueles encaminhados posteriormente serão considerados como tendo sido encaminhados no primeiro dia útil subsequente.
- 4.1.4. Os serviços serão devidos por laudas, considerando-se a lauda, para fins desta contratação, aquela com até 1.000 (um mil) caracteres contados eletronicamente pelo processador de texto Microsoft Word, não se incluindo os espaços.
- 4.1.4.1. Para os serviços de tradução em idiomas orientais, servirá como referência para lauda cada conjunto de 10 (dez) linhas de até 40 (quarenta) caracteres ou cada conjunto de 400 (quatrocentos) caracteres.
- 4.1.4.2. Nos casos em que o trabalho não atinja uma lauda completa, o pagamento será efetuado proporcionalmente ao número de caracteres do serviço realizado.
- 4.1.5. Para a determinação do regime da execução, conforme o grau de necessidade, obedecerão aos seguintes critérios:
- 4.1.5.1. Será caracterizado regime normal quando for solicitada a entrega do material traduzido na quantidade de até 08 (oito) laudas por dia útil.
- 4.1.5.2. Será caracterizado regime de urgência quando for solicitada a entrega do material traduzido na quantidade que exceder 08 (oito) laudas por dia útil.
- 4.1.6. Para efeito de contagem do prazo de entrega, será considerado o número de laudas do texto fonte, conforme o regime de execução previsto no item acima.
- 4.1.7. Para efeito de pagamento, será considerado o número de laudas do texto traduzido, o regime de execução solicitado pela CGCI/DIREX na Ordem de Serviço e o preço estabelecido conforme o regime de execução.
- 4.1.8. Havendo necessidade de cancelamento dos serviços solicitados, a CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA em até metade do prazo previsto para a entrega do serviço estipulado na Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, utilizando-se o mesmo modo de comunicação definido acima.
- 4.1.9. O serviço prestado deverá ser encaminhado, em arquivo digital, com extensão ".doc", devidamente revisado, sem custo adicional, com a confirmação do recebimento, até às 18 horas do dia estabelecido para a entrega. O serviço será submetido à revisão.



## 5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

### 5.1. GARANTIA DA QUALIDADE E PENALIDADES

5.1.1. A interrupção do atendimento de um chamado por parte da CONTRATADA, que não tenha sido previamente autorizada pela CONTRATANTE, ensejará aplicação de multa, conforme o nível de urgência.

5.1.2. O não atendimento dentro do prazo estabelecido para o chamado ensejará aplicação de multa à CONTRATADA, conforme o nível de urgência.

## 6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

6.1. Os serviços serão recebidos por correio eletrônico, no endereço traducao.cgci@dpf.gov.br, por servidor da CGCI/DIREX, previamente designado, que procederá ao recebimento provisório e o encaminhará para conferência e verificação da sua conformidade com as condições estabelecidas no Anexo II deste Termo de Referência e na legislação em vigor.

6.2. Verificados erros na tradução final, a contratada se obriga a refazer os serviços, mediante revisão do texto traduzido, estipulando-se o prazo para a correção na metade daquele estabelecido na Ordem de Serviço para a execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

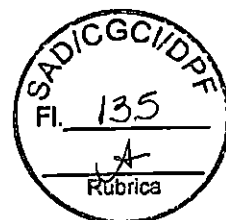
6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Comunicar e entregar as demandas à CONTRATADA de forma clara e precisa, em tempo hábil, para a realização dos serviços.

7.2. Caberá ao fiscal orientar a execução dos serviços contratados, quanto aos critérios de prioridade, qualidade e condições dos trabalhos, bem como conferir e atestar a prestação dos serviços.

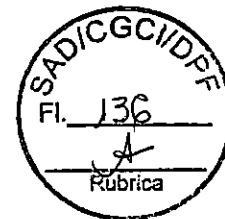
7.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



7.4. Efetuar os pagamentos dos serviços realizados nas condições e preços pactuados.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Atender rigorosamente as demandas da Contratante nos prazos pré-determinados, inclusive nos serviços de natureza urgente e urgentíssima.
- 8.2. Entregar ao setor demandante da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional o material traduzido/versão via e-mail, a ser informado pela unidade demandante. Quando da impossibilidade de envio por meio eletrônico, entregar a mídia ao setor demandante.
- 8.3. Revisar os textos, inclusive na editoração, com acompanhamento por tradutor, em qualquer dia e horário demandado pela Contratante, notadamente quando do atendimento a serviços urgentes.
- 8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.
- 8.5. Entregar, quando demandado, o material traduzido em duas (02) duas vias encadernadas, acompanhadas de mídia ou encaminhá-los via e-mail.
- 8.6. Responsabilizar-se pela fidedignidade da tradução e sigilo absoluto das informações que tenham acesso em razão da prestação do serviço, devendo, para cada trabalho realizado, ser assinado TERMO DE SIGILO, conforme modelo (ANEXO III).
- 8.7. Orientar os seus profissionais para que observem as normas internas quando acessarem as dependências da Contratante, inclusive com relação à sua identificação.
- 8.8. Fornecer os materiais de consumo utilizados para as realizações dos trabalhos, como por exemplo, CD, DVD, papel e outros necessários para a perfeita execução dos serviços.
- 8.9. Disponibilizar pessoal e infraestrutura técnica necessários, visando à perfeita execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.
- 8.10. Entregar devidamente preenchido e assinado, juntamente com cada serviço de tradução, TERMO DE RESPONSABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO TRADUTOR, conforme modelo (ANEXO IV).
- 8.11. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor, observando a programação estabelecida pela CONTRATANTE.
- 8.12. Responsabilizar-se, quando for o caso, pela retirada e entrega do material a ser traduzido, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas solicitações se obriga prontamente a atender.
- 8.13. Utilizar-se de profissionais treinados, efetuando todos os pagamentos relacionados à mão-de-obra, inclusive os recolhimentos relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como os

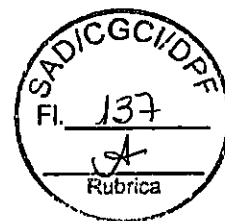


seguros e acidentes de trabalho ou quaisquer outros decorrentes da prestação dos serviços.

- 8.14. Dispor de profissionais em quantidade suficiente para o atendimento dos serviços contratados.
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.16. Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.
- 8.17. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.
- 8.18. Apresentar nota fiscal/fatura de cobrança detalhando adequadamente o serviço que influencie na cobrança.
- 8.19. Dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 8.20. Na data de assinatura do contrato a licitante vencedora deverá dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços, devendo os tradutores serem registrados em qualquer entidade representativa, como: SINTRA, ABRATES, APIC, AIIC, Junta Comercial ou equivalentes, comprovando mediante apresentação de cópia da Carteira de filiação, do Certificado de credenciamento ou outro documento que comprove a filiação ou credenciamento na respectiva entidade.
- 8.21. A licitante vencedora deverá, ainda, na data de assinatura do Contrato, apresentar a Relação de Tradutores habilitados a executarem os serviços, conforme a composição de sua equipe:
  - 8.21.1. Compondo-se de pelo menos um tradutor para cada idioma na formação das equipes conforme o objeto, exigindo-se para cada tradutor os seguintes documentos:
    - 8.21.1.1. Certificado(s) de habilitação em tradução emitido por instituição de ensino competente, nacional ou estrangeira, em pelo menos um dos idiomas descritos no objeto deste Termo de Referência; e
    - 8.21.1.2. Certificado(s) de proficiência emitido por instituição de ensino, nacional ou estrangeira, em pelo menos um dos idiomas descritos no objeto do presente Termo de Referência.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



## 10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

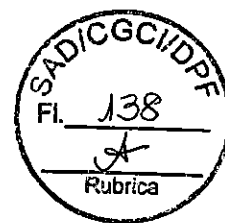
## 11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997, observando-se, no que couber, o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.
- 11.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
- 12.1.1. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
- 12.1.2. Multa:
- 12.1.2.1. De 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- 12.1.2.2. De 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do





inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

12.1.2.3. Indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

12.2. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

12.3. A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante. Poderá, ainda, ser descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.4. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993).

12.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela CONTRATANTE.

12.6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

12.7. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

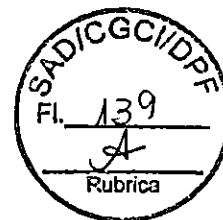
### 13. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Serão efetuados pagamentos para cada serviço prestado, conforme valores contratados e critérios definidos neste Termo de Referência.

13.2. Ao(s) serviço(s) cancelado(s) pela CONTRATANTE e não comunicados à CONTRATADA no prazo determinado no item 4.8. deste Termo de Referência, será pago o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor cotado para os serviços realizados e cancelados. Caso a CONTRATADA não tenha iniciado a execução dos serviços, nada será devido pela CONTRATANTE.

13.3. Nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea a, da Lei nº 8.666/1993, o pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das notas fiscais/faturas, que deverão indicar o número do contrato firmado com a CONTRATANTE. As notas fiscais/faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo fiscal, designado em documentação própria, podendo a CONTRATANTE descontar eventuais multas que tenham sido impostas à CONTRATADA e que tenham excedido o valor da garantia.

13.4. Será realizada consulta "on line" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à empresa CONTRATADA. Esta providência visa à



verificação da situação da empresa relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 13.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo e/ou futuro contrato.
- 13.6. As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

#### 14. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 461.077,95 (quatrocentos e sessenta e um mil e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme detalhamento na anexa Planilha Estimativa de Quantidades.
- 14.2. Os custos estimados da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.
- 14.3. Os quantitativos foram estimados utilizando-se como parâmetros os documentos tramitados em todas as unidades da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional no período de 12 (doze) meses.

#### 15. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

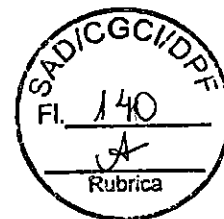
- 15.1. A Coordenação de Administração será a unidade orçamentária responsável pelos custos da contratação.

#### 16. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no D.O.U., podendo ser prorrogado por iguais períodos sucessivos, limitada a 60 (sessenta) meses, em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

#### 17. MEDIDAS ACAUTELADORAS

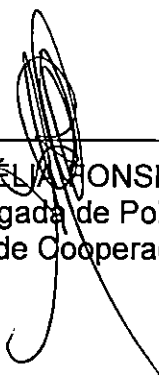
- 17.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Para fins de habilitação no certame, a proponente deverá comprovar mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que prestou ou está prestando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação, em características, quantidade e prazo.

Brasília/DF, 18 de julho de 2016.


  

---

SILVIA AMÉLIA FONSECA DE OLIVEIRA  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional

Aprovo o presente Termo de Referência.

Brasília/DF, 18 de julho de 2016.

---

Luiz Cravo Dórea  
Delegado de Polícia Federal  
Coordenador-Geral de Cooperação Internacional

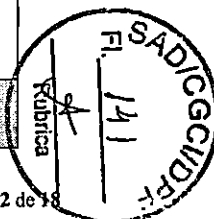


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJC - POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA-EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**ANEXO I**

GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
1 Exclusivo ME/EPP	1	Tradução/versão Português x Alemão x Português (Normal)	150	R\$ 91,67	R\$ 13.750,00
	2	Tradução/versão Português x Alemão x Português (Urgente)	15	136,94	R\$ 2.054,15
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 15.804,15

GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
2 Exclusivo ME/EPP	1	Tradução/versão Português x Árabe x Português (Normal)	30	R\$ 101,67	R\$ 3.050,00
	2	Tradução/versão Português x Árabe x Português (Urgente)	15	R\$ 147,50	R\$ 2.212,50
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 5.262,50



GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
3 Ampla Participação	1	Tradução/versão Português x Espanhol x Português (Normal)	2.500	R\$ 51,67	R\$ 129.166,67
	2	Tradução/versão Português x Espanhol x Português (Urgente)	500	R\$ 75,63	R\$ 37.813,33
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 166.980,00

GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
4 Exclusivo ME/EPP	1	Tradução/versão Português x Francês x Português (Normal)	600	R\$ 62,08	R\$ 37.250,00
	2	Tradução/versão Português x Francês x Português (Urgente)	100	R\$ 82,08	R\$ 8.208,33
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 45.458,33



GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
5 Exclusivo ME/EPP	1	Tradução/versão Português x Holandês x Português (Normal)	200	R\$ 98,33	R\$ 19.666,67
	2	Tradução/versão Português x Holandês x Português (Urgente)	30	R\$ 124,79	R\$ 3.743,80
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 23.410,47

GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
6 Ampla Participação	1	Tradução/versão Português x Inglês x Português (Normal)	3.000	R\$ 50,87	R\$ 152.600,00
	2	Tradução/versão Português x Inglês x Português (Urgente)	500	R\$ 73,37	R\$ 36.683,33
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 189.283,33



GRUPO	ITEM	OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	SUBTOTAL ESTIMADO
7 Exclusivo ME/EPP	1	Tradução/versão Português x Italiano x Português (Normal)	200	R\$ 62,08	R\$ 12.416,67
	2	Tradução/versão Português x Italiano x Português (Urgente)	30	R\$ 82,08	R\$ 2.462,50
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O GRUPO					R\$ 14.879,17

Obs.: Os valores foram estimados com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJC - POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA-EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**ANEXO II**

**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO**

Por meio da presente solicitação a COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL encaminha os documentos abaixo especificados para ( ) **TRADUÇÃO**  
- ( ) **VERSÃO**:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PRAZO	DATA PREVISTA PARA A ENTREGA	CUSTO ESTIMADO
		NORMAL		
		URGENTE		

**ASSINATURA DO REQUERENTE**

NOME

CARGO

LOTAÇÃO

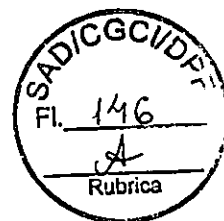
Brasília, de

de 20

Conforme cláusula contratual, a CONTRATADA se compromete a manutenção de SIGILO ABSOLUTO sobre o conteúdo dos documentos apresentados para tradução, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da lei.

f





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJC - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA-EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**ANEXO III**

**MODELO DE TERMO DE SIGILO**

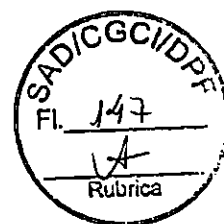
Pelo presente Termo (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo, CPF e RG), se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de tradução/versão de textos e comercial de documentos comuns, jurídicos, técnicos prestados à POLÍCIA FEDERAL, submetendo-se as sanções civis, penais e administrativas decorrentes do uso indevido das informações constantes dos documentos que tiver acesso.

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome, endereço e CPF do tradutor

Conforme cláusula contratual, a CONTRATADA se compromete a manutenção de SIGILO ABSOLUTO sobre o conteúdo dos documentos apresentados para tradução, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da lei.

✓



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA-EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**ANEXO IV**

**MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO  
TRADUTOR**

Eu, (nome, nacionalidade, estado civil, endereço completo, CPF e RG), tradutor(a), CERTIFICO, por meio deste termo que a tradução/versão que fiz do [INSERIR NOME DO DOCUMENTO] ora enviada é fiel no que concerne ao conteúdo e teor das informações constantes da documentação original enviada a esta empresa/tradutor pela POLÍCIA FEDERAL

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome, endereço e CPF do tradutor

Conforme cláusula contratual, a CONTRATADA se compromete a manutenção de SIGILO ABSOLUTO sobre o conteúdo dos documentos apresentados para tradução, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da lei.